
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

31
Agosto
2017

CLIP PING



TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

MEDO NAS RUAS

INSEGURANÇA

UM ASSALTO A CADA MEIA HORA NO ESTADO

Grande Vitória concentra mais de 90% dos casos de roubos

RAQUEL LOPES
VILMARA FERNANDES

A sensação de insegurança dos capixabas se reflete em números: a cada hora, em média, duas pessoas são roubadas no Espírito Santo. Roubos frequentes de celular, bolsa, carteira e outros objetos fazem com que a insegurança e o medo virem rotina no Estado. A maioria das vítimas está na Grande Vitória que concentra 91,8% dos 10.359 casos.

O número de roubo a pessoas no Espírito Santo aumentou em 30% de janeiro a agosto deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado. Segundo a Polícia Civil, de janeiro a agosto de 2016, foram registrados 7.970 casos, sendo que no mesmo período deste ano foram 10.359.

Um caso recente foi o de uma mulher de 42 anos levou uma corinhada na cabeça pois não tinha dinheiro para dar para assaltantes na noite de terça-feira, no bairro Monte Cristo, em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado. Os bandidos não foram localizados, mas conseguiram levar um celular da vítima.

A vítima estava passando pela rua quando foi abordada por dois assaltantes armados que ficaram irritados ao ouvir que não havia dinheiro. Ela foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim.

Segundo o delegado Fabiano Rosa, da Divisão de Segurança Patrimonial, os roubos estão ligados ao desemprego, à crise econômica

ELES FORAM VÍTIMAS



▼ **Em agosto**
Jovem foi cercada e assaltada na Praia dos Recifes.



▼ **Em junho**
Aposentada teve o celular roubado no Ibes.



▼ **Em junho**
Motorista foi vítima de bandidos em Cariacica.



▼ **Em julho**
Idoso agredido durante um assalto, no Bairro de Fátima.

OPINIÃO DA GAZETA

Ninguém aguenta mais

«A sensação crescente de medo nas ruas se confirma agora com dados da própria polícia. O número de roubos a pessoas subiu 30% neste ano, em relação ao ano passado. Somente na Grande Vitória são dois assaltos por hora. Um absurdo! O cidadão que trabalha e paga impostos deve ter o direito de sair de casa com um mínimo de tranquilidade. Não é o que ocorre hoje. Parece que todos vivem em estado de alerta. As autoridades responsáveis precisam se mobilizar para melhorar o policiamento e conter essa onda de violência.»

e à legislação penal frouxa. No entanto, ele aponta que o motivo que mais influenciou no crescimento foi a paralisação da Polícia Militar, no mês de fevereiro.

“Fevereiro foi um mês atípico. O Estado ficou quase um mês sem o policiamento ostensivo. Até conseguir voltar à normalidade, demora. Outro fator é a legislação, a gente prende e a lei solta”, comenta.

CELULAR

O aparelho de celular lidera as estatísticas de roubo no Estado. O delegado explica que a distração do

dono e facilidade de venda tornam o objeto visado pelos bandidos. Ele também ressalta que comprar celular roubado é crime.

“É importante frisar que só há esse crime porque existe receptor. A pessoa não deve adquirir esse tipo de produto porque a polícia consegue chegar até ela. E receptor objeto furtado ou roubado é crime, previsto no código penal, com pena de até 4 anos”, diz.

GRANDE VITÓRIA

A Grande Vitória liderou o número de roubos a

MÊS ATÍPICO



FABIANO ROSA
DELEGADO

“Fevereiro foi um mês atípico. O Estado ficou quase um mês sem o policiamento. Até conseguir voltar à normalidade, demora”

pessoas com 91,8% dos casos. Foram 9.518 casos, número 32% maior que o mesmo período do ano passado, segundo dados da Polícia Militar. Somente no mês de fevereiro foram 1.504 casos.

O subcomandante do Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana (CPOM), tenente-coronel Antonio Marcos de Souza Reis, acrescenta que, apesar do número ser alto, essa quantidade tem caído. Segundo ele, a maioria dos casos acontece entre as 16 horas e a meia-noite.

“Há uma variação im-

portante em relação a fevereiro. Há um declínio nos números, chegando à estabilização em relação ao ano passado: foram 1.052 casos em julho deste ano e 1.016 no mesmo período do último ano”, explica.

Ele acrescenta que a Polícia Militar tem ação em duas frentes: enfrentamento da criminalidade e prevenção. Uma delas é com o projeto de “Dicas de Segurança”.

Os dados não contemplam o número de roubos a veículos. A Secretaria de Segurança Pública não divulgou os números até o fechamento desta edição.

MEDO NAS RUAS

“

Sofri cinco assaltos, todos com arma de fogo... dois no trabalho, dois próximo à minha casa e um voltando do dentista. Minha filha mais nova sofreu dois assaltos e uma tentativa; minha filha mais velha, um assalto; meu esposo, um assalto... Até os pedreiros que estavam trabalhando na obra aqui em casa sofreram tentativa de assalto e tiveram que reagir”

DANYELE COLARES VILA VELHA



“Fui assaltado com uma arma na cabeça, no Dia dos Pais. Levaram meu carro, celular e documentos. Os políticos não estão nem aí para essa causa”

GABRIEL RIBEIRO SERRA

“Já fui assaltada duas vezes na mesma semana, segunda e quarta. À mão armada, na Praia do Canto, em Vitória. Isso é triste demais”

CAMILA VITÓRIA

“Dois carros, quatro celulares, documentos, em uns oito assaltos. É barra!”

GILMAR SERRA

“Já fui assaltado 10 vezes. Estou cansado de dar duro para entregar a bandido!”

STEFANO AMARAL VILA VELHA



“Fui assaltado há dois meses. Até hoje não posso ouvir barulho de moto que me dá calafrio”

LEONE RIBEIRO RODRIGUES VILA VELHA



“Meu pai foi vítima de um assalto vindo do trabalho, dentro de um ônibus. Os assaltantes estavam bem vestidos, de terno e gravata”

PAULO EDUARDO SERRA

“Fui assaltado três vezes, em duas delas não tinha nem pago os celulares ainda”

RODRIGO COUTINHO CARIACICA

“

No intervalo de dois meses, minha filha e minha irmã foram assaltadas. Ao sair do colégio, minha filha foi puxada pelos cabelos e jogada no chão para um vagabundo levar seu telefone. Minha irmã estava chegando a seu condomínio, e um ladrão de bicicleta apontou uma arma para ela e levou seu telefone”

JADERSON ROCHA VITÓRIA



Desabafos

“Ao sair do colégio, minha filha foi puxada pelos cabelos e jogada no chão para um vagabundo levar seu telefone”, lamenta Jaderson Rocha, morador de Vitória. “Já fui assaltado 10 vezes. Estou cansado de dar duro para entregar a bandido!”, diz Stefano Amaral, mora-

dor de Vila Velha.

“Fui assaltado três vezes, em duas delas não tinha nem pagado os celulares ainda”, conta Rodrigo Coutinho, de Cariacica.

Os relatos em tom de medo e indignação foram enviados por vítimas de roubo ao aplicativo da TV Gazeta e

ao Gazeta Online. Neles, os moradores do Estado relatam a violência dos assaltos e cobram uma solução.

“Somos assaltados diariamente, enquanto somos obrigados a pagar tantos tributos”, desabafa Izelia Borkardt Wandekoken, de Santa Maria de Jetibá.

“Minha filha foi assaltada na primeira quinzena de agosto. Levaram um mísero celular, mas fizeram ameaças com arma apontada para a cabeça dela. Estamos refêns desses marginais”

LUÍS BATISTA VILA VELHA

“Estava chegando em casa depois do trabalho, e um carro parou pedindo informação. Ao chegar perto, o carona apontou a arma e levou meu celular”

MARCO ANTONIO ALVES JUNIOR SERRA

Crise, desemprego e lei fraca são causas

Quem garante é o secretário de Segurança, que defende leis mais severas para esses crimes

« Em todo o país, de acordo com o secretário de Segurança Pública, André Garcia, está ocorrendo uma explosão de crimes contra o patrimônio. Por trás desta situação está o desemprego, provocado pela crise econômica, e uma legislação fraca que permite o famoso “prende e solta”, assinala Garcia. “Há situações do criminoso ser detido 16

vezes. Foram dezesseis vezes que a polícia trabalhou. Sem contar o envolvimento de menores, que não ficam internados, e vão para a rua de novo cometer outros atos infracionais.”

Ele, junto com outros secretários de Segurança de outros Estados, defendem leis mais severas.

Enquanto estas mudanças não ocorrem, explica Garcia, sua secretaria tem investido na investigação da cadeia que alimenta estes crimes. “É preciso encontrar as fontes da recep-

ção industrial. Por trás disto há quem faça as encomendas, é possível até que haja a atuação de quadrilhas, mas estamos investigando e certamente iremos chegar a resultados importantes”, pondera.

Em paralelo, destaca, tem intensificado as operações, focando nas abordagens a coletivos, táxis, realizando cercos táticos, e na operação Força Total, com todo o efetivo da Polícia Militar, inclusive os administrativos. “O objetivo é frustrar a tentativa dos crimes”, destaca.



André Garcia, secretário estadual de Segurança

FERNANDO MADEIRA

De acordo com o secretário, foram apreendidas mais de 1.500 armas no primeiro semestre, mas em muitos crimes tem se verificado a utilização de armas falsas.

Na avaliação de Garcia, ainda há um problema cultural grave que precisa ser superado, principalmente com a ajuda da população: a compra de equipamentos furtados ou roubados. “Um celular vendido mais barato, sem nota fiscal, é preciso desconfiar”, diz.

Mais de 60% dos roubos ocorridos em coletivo, explica Garcia, o alvo dos bandidos são os celulares. “A população precisa fazer a ocorrência, pedir o bloqueio do aparelho para dificultar a sua comercialização”, assinala.

ALGUNS CRIMES

06/07/2017

Júlio Evangelista Rodrigues, 23, e Argemiro Moyses Machado, 27 roubaram uma universitária de 28 anos. Ela seguia para o estágio,



às 6h30, e foi rendida quando passava pela Ponte da Passagem, em Jardim da Penha. Os bandidos passaram pela jovem várias vezes em uma moto vermelha (foto) e depois a abordaram pedindo o telefone celular.

14/07/2017

Um comerciante, que se preparava para fazer uma entrega de pães foi abordado pelo assaltante Roberto de Jesus, 43 anos (foto à direita). Ele levou o carro

da vítima e utilizou o veículo para arrombar uma loja, também em Goiabeiras, em Vitória.

18/07/2017

Uma professora da escola de ensino fundamental CAIC Augusto Calmon, em Novo Horizonte, na Serra, teve o carro levado quando chegava para trabalhar. Professores e alunos protestaram contra a insegurança no local.

11/08/2017

Uma funcionária teve



arma apontada para a cabeça em roubo no estabelecimento Beb's Bar, no bairro Santa Luíza, em Vitória

20/08/2017

Um bandido entrou dentro da casa de um jornalista no bairro Barro Vermelho, em Vitória, e roubou celular, notebook, dinheiro e uma câmera fotográfica profissional. A vítima estava deitada em um colchão.

20/08/2017

Pai, mãe e duas filhas foram rendidos por



assaltantes em Bento Ferreira, Vitória. As vítimas haviam acabado de parar o carro quando foram surpreendidas. Os bandidos levaram o carro da família.

Dois assaltos por dia dentro dos ônibus

« Todos os dias, pelo menos dois assaltos são registrados nos ônibus do Sistema Transcol. Segundo o GVBUS, entre os meses de janeiro a julho deste ano, foram 385 assaltos. No mesmo período de 2016 foram 307 registros, um aumento de 25%. De acordo com o Sindicato dos Rodoviários do Estado (Sindiroviários), os casos aumentaram tanto que atualmente não é possível classi-

ficar quais são as linhas mais perigosas, pois em todas há registro de assaltos. Segundo dados do GVBUS, o mês com maior número de ocorrências foi julho, com 76 assaltos. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (Sesp), nos seis primeiros meses deste ano foram realizadas 6.977 abordagens a coletivos na Grande Vitória. A Sesp não passou o número de assaltos em ônibus no período.



Ônibus parado após assalto: 385 casos em 2017

Taxista rendido e amarrado por dupla de adolescentes

« Um taxista foi rendido e amarrado por dois falsos passageiros e teve o carro roubado, na noite de terça-feira, em Cariacica. Os assaltantes, de 17 anos, foram perseguidos e presos logo após o crime. À polícia, o taxista de 35 anos contou que dois rapazes embarcaram no bairro Valverde e pediram uma corrida até Santana onde anunciaram o assalto.

Os dois apontaram armas para o motorista, pegaram

R\$ 180 em dinheiro e depois amarraram as mãos dele com um fio. Os bandidos mandaram ele descer do carro porque iriam colocá-lo no porta-malas. Ele desceu primeiro, mas os dois não conseguiram abrir as portas. Ele fechou a porta do motorista com um chute e começou a correr gritando por socorro. Populares apontaram para uma viatura que passava. Militares perseguiram e prenderam a dupla.

MEDO NAS RUAS

EQUIVOCO

“Prender muito não reduz índice de violência”, defende juíza

Para Gisele de Souza, há uma falsa percepção de que a prisão garante segurança pública

▲ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redegazeta.com.br

Para a coordenadora do projeto de audiências de custódia do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Gisele de Souza, há uma falsa percepção de que a prisão é um instrumento para garantir a segurança pública e diante disso a revolta com o “prende e solta”. “Prender muito não reduz índice de violência. E se fosse assim, o Brasil seria muito seguro”, assinala a juíza, lembrando que o País tem uma taxa de encarceramento de 300 pessoas a cada 100 mil habitantes, sendo o 4º no mundo que mais encarcera. A juíza explica que nas audiências de custódias realizadas no Estado, até o último dia 15, em 53,63% dos casos a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, com acusados permanecendo presos. Confira abaixo a entrevista.



REPRODUÇÃO TV GAZETA

“Tenho percebido, nos últimos dois meses, o fortalecimento do discurso de intolerância, onde a prisão sempre surge como solução. A prisão tem objetivo processual”

— GISELE DE SOUZA
JUÍZA

sa de 8%. Quem mata não está preso.”

Discurso

“Tenho percebido, nos últimos dois meses, o fortalecimento do discurso de intolerância, onde a prisão sempre surge como solução. Um discurso de ódio, de intolerância, de recrudescimento e endurecimento da lei penal, sem a necessária pesquisa e reflexão sobre os motivos. Outro ponto importante a ser discutido é sobre quem está sendo preso? Jovens, usuários de drogas, negros, pobres, sem escolaridade, é a realidade do sistema penitenciário. Até que ponto vale

a pena encarcerar uma camada jovem, sem políticas adequadas, e tratar com prisão, que é um instrumento que a sociedade precisa ter a sua disposição, mas que também precisa ser dosado? E o pior, presas, vão ficar junto com lideranças do tráfico e vão acabar fortalecendo o exército do tráfico? E mais, é bom lembrar que um preso custa ao Estado R\$ 2.550.”

Passagens

“Ter várias passagens pela polícia não significa condenação. Só é considerado reincidente quem foi condenado, tem sentença definitiva, e comete outro crime. Se uma pessoa, num espaço curto de tempo, comete vários crimes, apesar das várias passagens pela polícia, continua sendo primário. E isto acontece em situações em que não foi nem concluída a fase processual do primeiro crime por ele cometido. Pode ter várias passagens, mas se for primário, não pode ficar preso provisoriamente, basicamente é o que acontece em muitos casos.”

Casos

“Em 90% dos casos a pessoa é viciada em crack, que é a mola propulsora dos crimes furto e roubo. O juiz vai avaliar a situação e decidir se a prisão é a melhor alternativa. No sistema de justiça criminal todos são importantes: polícias civil e militar, promotores, defensores, juízes. Não cabe a uma instituição avaliar o trabalho da outra.”

Casos

“No Espírito Santo as audiências de custódia são realizadas em 23 comarcas, divididas em dois polos: no Centro de Triagem de Viana (CTV) e no Fórum de Cachoeiro. Até o último dia 15 nós realizamos 12.424 audiências de custódia, cada uma delas pode ter mais de um acusado. São 8.311 casos em que as pessoas permaneceram presas, contra

7.192 (46,36%) que vão responder a processo em liberdade. O Espírito Santo tem se mantido na média nacional, o que indica que o projeto tem sido executado com um grau de maturidade apurado.”

Críticas

“As críticas ao projeto são importantes, mas é preciso se levar em conta as causas da criminalidade. Há a falsa percepção de que a prisão é

instrumento para garantir segurança pública, o que não é correto. Segurança pública é garantida com outras medidas, como mais policiamento, iluminação nas ruas, intervenção em espaços públicos para evitar que se tomem locais dedicados à criminalidade, inserção dos jovens em projetos de educação, resgate da juventude sem perspectivas, dentre outras situações.”

Prisão

“A prisão tem objetivo processual. Prender muito não reduz índice de violência. E se fosse assim, o Brasil seria muito seguro. Temos uma taxa de encarceramento de 300 pessoas a cada 100 mil habitantes, sendo o 4º no mundo que mais encarcera. Em paralelo, temos um baixo índice de resolutividade de homicídios, não pas-

Mudança na lei gera falsa sensação de punição

▲ Na avaliação de Pedro Paulo Coelho, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado e vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) as alterações na legislação, aumentando as penas, geram uma falsa sensação de que a lei está sendo aplicada. “Devemos rever a aplicação da lei, não a mudança. A

leis precisam ser cumpridas, o que o ordenamento deve exigir é o cumprimento das leis”, pondera.

O famoso “prende e solta”, destaca Coelho, reflete a falta de políticas públicas que gerem igualdade social. “Enquanto tratarmos a criminalidade apenas com políticas de repressão, nunca vamos solucionar o problema. É preciso buscar políti-

cas de ressocialização das pessoas que cometem delitos. Às vezes estão na prática de delitos pela falta de emprego”, acrescenta.

Pedro explica que a lei prevê prisão antes da sentença definitiva nos casos de crimes cujas penas superem os quatro anos. Para penas inferiores, como existe a possibilidade de a pessoa não ser presa, não se justifica ela

responder ao processo na cadeia. “Deverá responder ao processo em liberdade e, posteriormente, ser ou não condenada a prisão”.

São os casos de furto, com pena até 4 anos. “Nos casos de roubo a pena vai até dez anos, então o acusado pode responder ao processo preso, até porque nesta prática o crime é mais grave, por gerar vio-

FERNANDO MADEIRA/ARQUIVO



Coelho: em casos de roubo, tendência é prisão

lência a uma pessoa”.

Nas situações de prisão, o juiz, explica Pedro, vai avaliar na audiência de custódia a legalidade ou a necessidade da prisão. “Não quer dizer que quem responde em liberdade vai ser absolvido”, destaca, acrescentando que nas situações de roubo, por ser um crime mais grave, a tendência é manter o cárcere. “O ideal é que o processo seja célere para ter condenação em tempo hábil”, pontua.

Com mais de 10 mil ocorrências, Estado tem um assalto a cada meia hora

Grande Vitória concentra mais de 90% dos casos de roubos

A sensação de insegurança dos capixabas se reflete em números: a cada hora, em média, duas pessoas são roubadas no Espírito Santo. Roubos frequentes de celular, bolsa, carteira e outros objetos fazem com que a insegurança e o medo virem rotina no Estado. A maioria das vítimas está na Grande Vitória que concentra 91,8% dos 10.359 casos.

O número de roubo a pessoas no Espírito Santo aumentou em 30% de janeiro a agosto deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado. Segundo a Polícia Civil, de janeiro a agosto de 2016, foram registrados 7.970 casos, sendo que no mesmo período deste ano foram 10.359.

Um caso recente foi o de uma mulher de 42 anos levou uma coronhada na cabeça pois não tinha dinheiro para dar para assaltantes na noite de terça-feira, no bairro Monte Cristo, em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado. Os bandidos não foram localizados, mas conseguiram levar um celular da vítima.

A vítima estava passando pela rua quando foi abordada por dois assaltantes armados que ficaram irritados ao ouvir que não havia dinheiro. Ela foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim.

Segundo o delegado Fabiano Rosa, da Divisão de Segurança Patrimonial, os roubos estão ligados ao desemprego, à crise econômica e à legislação penal frouxa. No entanto, ele aponta que o motivo que mais influenciou no crescimento foi a paralisação da Polícia Militar, no mês de fevereiro.

“Fevereiro foi um mês atípico. O Estado ficou quase um mês sem o policiamento ostensivo. Até conseguir voltar à normalidade, demora. Outro fator é a legislação, a gente prende e a lei solta”, comenta.

CELULAR

O aparelho de celular lidera as estatísticas de roubo no Estado. O delegado explica que a distração do dono e facilidade de venda tornam o objeto visado pelos bandidos. Ele também ressalta que comprar celular roubado é crime.

“É importante frisar que só há esse crime porque existe receptor. A pessoa não deve adquirir esse tipo de produto porque a polícia consegue chegar até ela. E receptor objeto furtado ou roubado é crime, previsto no código penal, com pena de até 4 anos”, diz.

GRANDE VITÓRIA

A Grande Vitória liderou o número de roubos a pessoas com 91,8% dos casos. Foram 9.518 casos, número 32% maior que o mesmo período do ano passado, segundo dados da Polícia Militar. Somente no mês de fevereiro foram 1.504 casos.

O subcomandante do Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana (CPOM), tenente-coronel Antonio Marcos de Souza Reis, acrescenta que, apesar do número ser alto, essa quantidade tem caído. Segundo ele, a maioria dos casos acontece entre as 16 horas e a meia-noite.

“Há uma variação importante em relação a fevereiro. Há um declínio nos números, chegando à estabilização em relação ao ano passado: foram 1.052 casos em julho deste ano e 1.016 no mesmo período do último ano”, explica.

Ele acrescenta que a Polícia Militar tem ação em duas frentes: enfrentamento da criminalidade e prevenção. Uma delas é com o projeto de “Dicas de Segurança”.

Os dados não contemplam o número de roubos a veículos. A Secretaria de Segurança Pública não divulgou os números até o fechamento desta edição.

OPINIÃO DA GAZETA

A sensação crescente de medo nas ruas se confirma agora com dados da própria polícia. O número de roubos a pessoas subiu 30% neste ano, em relação ao ano passado. Somente na Grande Vitória são dois assaltos por hora. Um

absurdo! O cidadão que trabalha e paga impostos deve ter o direito de sair de casa com um mínimo de tranquilidade. Não é o que ocorre hoje. Parece que todos vivem em estado de alerta. As autoridades responsáveis precisam se mobilizar para melhorar o policiamento e conter essa onda de violência.

DESABAFOS

“Fui assaltado com uma arma na cabeça, no Dia dos Pais. Levaram meu carro, celular e documentos. Os políticos não estão nem aí para essa causa” Gabriel Ribeiro - Serra

“Já fui assaltada duas vezes na mesma semana, segunda e quarta. À mão armada, na Praia do Canto, em Vitória. Isso é triste demais” Camila - Vitória

“Dois carros, quatro celulares, documentos, em uns oito assaltos. É barra!” Gilmar, Serra

Crise, desemprego e lei fraca são causas

Em todo o país, de acordo com o secretário de Segurança Pública, André Garcia, está ocorrendo uma explosão de crimes contra o patrimônio. Por trás desta situação está o desemprego, provocado pela crise econômica, e uma legislação fraca e que permite o famoso “prende e solta”, assinala Garcia. “Há situações do criminoso ser detido 16 vezes. Foram dezesseis vezes que a polícia trabalhou. Sem contar o envolvimento de menores, que não ficam internados, e vão para a rua de novo cometer outros atos infracionais.”

Ele, junto com outros secretários de Segurança de outros Estados, defendem leis mais severas.

Enquanto estas mudanças não ocorrem, explica Garcia, sua secretaria tem investido na investigação da cadeia que alimenta estes crimes. “É preciso encontrar as fontes da receptação industrial. Por trás disto há quem faça as encomendas, é possível até que haja a atuação de quadrilhas, mas estamos investigando e certamente iremos chegar a resultados importantes”, pondera.

Em paralelo, destaca, tem intensificado as operações, focando nas abordagens a coletivos, táxis, realizando cercos táticos, e na operação Força Total, com todo o efetivo da Polícia Militar, inclusive os administrativos. “O objetivo é frustrar a tentativa dos crimes”, destaca.

De acordo com o secretário, foram apreendidas mais de 1.500 armas no primeiro semestre, mas em muitos crimes tem se verificado a utilização de armas falsas.

Na avaliação de Garcia, ainda há um problema cultural grave que precisa ser superado, principalmente com a ajuda da população: a compra de equipamentos furtados ou roubados. “Um celular vendido mais barato, sem nota fiscal, é preciso desconfiar”, diz.

Mais de 60% dos roubos ocorridos em coletivo, explica Garcia, o alvo dos bandidos são os celulares. “A população precisa fazer a ocorrência, pedir o bloqueio do aparelho para dificultar a sua comercialização”, assinala.

Prender muito não reduz índice de violência”, defende juíza

Para a coordenadora do projeto de audiências de custódia do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Gisele de Souza, há uma falsa percepção de que a prisão é um instrumento para garantir a segurança pública e diante disso a revolta com o “prende e solta”. “Prender muito não reduz índice de violência. E se fosse assim, o Brasil seria muito seguro”, assinala a juíza, lembrando que o País tem uma taxa de encarceramento de 300 pessoas a cada 100 mil habitantes, sendo o 4º no mundo que mais encarcera. A juíza explica que nas audiências de custódias realizadas no Estado, até o último dia 15, em 53,63% dos casos a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, com acusados permanecendo presos. Confira abaixo a entrevista.

Casos

“No Espírito Santo as audiências de custódia são realizadas em 23 comarcas, divididas em dois polos: no Centro de Triagem de Viana (CTV) e no Fórum de Cachoeiro. Até o último dia 15 nós realizamos 12.424 audiências de custódia, cada uma delas pode ter mais de um acusado. São 8.311 casos em que as pessoas permaneceram presas, contra 7.192 (46,36%) que vão responder a processo em liberdade. O Espírito Santo tem se mantido na média nacional, o que indica que o projeto tem sido executado com um grau de maturidade apurado.”

Críticas

“As críticas ao projeto são importantes, mas é preciso se levar em conta as causas da criminalidade. Há a falsa percepção de que a prisão é instrumento para garantir segurança pública, o que não é correto. Segurança pública é garantida com outras medidas, como mais policiamento, iluminação nas ruas, intervenção em espaços públicos para evitar que se tornem locais dedicados à criminalidade, inserção dos jovens em projetos de educação, resgate da juventude sem perspectivas, dentre outras situações.”

Prisão

“A prisão tem objetivo processual. Prender muito não reduz índice de violência. E se fosse assim, o Brasil seria muito seguro. Temos uma taxa de encarceramento de 300 pessoas a cada 100 mil habitantes, sendo o 4º no mundo que mais encarcera. Em paralelo, temos um baixo índice de resolutividade de homicídios, não passa de 8%. Quem mata não está preso.”

Discurso

“Tenho percebido, nos últimos dois meses, o fortalecimento do discurso de intolerância, onde a prisão sempre surge como solução. Um discurso de ódio, de intolerância, de recrudescimento e endurecimento da lei penal, sem a necessária pesquisa e reflexão sobre os motivos. Outro ponto importante a ser discutido é sobre quem está sendo preso? Jovens, usuários de drogas, negros, pobres, sem escolaridade, é a realidade do sistema penitenciário. Até que ponto vale a pena encarcerar uma camada jovem, sem políticas adequadas, e tratar com prisão, que é um instrumento que a sociedade precisa ter a sua disposição, mas que também precisa ser dosado? E o pior, presas, vão ficar junto com lideranças do tráfico e vão acabar fortalecendo o exército do tráfico? E mais, é bom lembrar que um preso custa ao Estado R\$ 2.550.”

Passagens

“Ter várias passagens pela polícia não significa condenação. Só é considerado reincidente quem foi condenado, tem sentença definitiva, e comete outro crime. Se uma pessoa, num espaço curto de tempo, comete vários crimes, apesar das várias passagens pela polícia, continua sendo primário. E isto acontece em situações em que não foi nem concluída a fase processual do primeiro crime por ele cometido. Pode ter várias passagens, mas se for primário, não pode ficar preso provisoriamente, basicamente é o que acontece em muitos casos.”

Casos

“Em 90% dos casos a pessoa é viciada em crack, que é a mola propulsora dos crimes furto e roubo. O juiz vai avaliar a situação e decidir se a prisão é a melhor alternativa. No sistema de justiça criminal todos são importantes: polícias civil e militar, promotores, defensores, juízes. Não cabe a uma instituição avaliar o trabalho da outra.”

Mudança na lei gera falsa sensação de punição

Na avaliação de Pedro Paulo Coelho, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado e vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) as alterações na legislação, aumentando as penas, geram uma falsa sensação de que a lei está sendo aplicada. “Devemos rever a aplicação da lei, não a mudança. As leis precisam ser cumpridas, o que o ordenamento deve exigir é o cumprimento das leis”, pondera.

O famoso “prende e solta”, destaca Coelho, reflete a falta de políticas públicas que gerem igualdade social. “Enquanto tratarmos a criminalidade apenas com políticas de repressão, nunca vamos solucionar o problema. É preciso buscar políticas de ressocialização das pessoas que cometem delitos. Às vezes estão na prática de delitos pela falta de emprego”, acrescenta.

Pedro explica que a lei prevê prisão antes da sentença definitiva nos casos de crimes cujas penas superem os quatro anos. Para penas inferiores, como existe a possibilidade de a pessoa não ser presa, não se justifica ela responder ao processo na cadeia. “Deverá responder ao processo em liberdade e, posteriormente, ser ou não condenada a prisão”.

São os casos de furto, com pena até 4 anos. “Nos casos de roubo a pena vai até dez anos, então o acusado pode responder ao processo preso, até porque nesta prática o crime é mais grave, por gerar violência a uma pessoa”.

Nas situações de prisão, o juiz, explica Pedro, vai avaliar na audiência de custódia a legalidade ou a necessidade da prisão. “Não quer dizer que quem responde em liberdade vai ser absolvido”, destaca, acrescentando que nas situações de roubo, por ser um crime mais grave, a tendência é manter o cárcere. “O ideal é que o processo seja célere para ter condenação em tempo hábil”, pontua.



TATI BELINZI/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 10/05/2017

SESSÃO DA ASSEMBLEIA: proposta foi aprovada em 13 de dezembro do ano passado, mas, até agora, não obteve quórum para nova votação na Casa

AUXÍLIO-MORADIA

Projeto que barra benefício está parado há oito meses

Autor da PEC, Enivaldo dos Anjos afirma que Marcelo Santos está obstruindo votação em 2º turno. O deputado nega a acusação

**Brunella França
Erick Alencar**

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2015, de autoria do deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD), que cria regras para o pagamento do auxílio-moradia de R\$ 4.377 mensais a magistrados,

membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas, está há oito meses sem ser votada em segundo turno na Assembleia Legislativa.

Em 13 de dezembro do ano passado, a proposta foi aprovada no plenário com 19 votos favoráveis. Desde então, teve um requerimento de urgência negado em 2016 pelos deputados estaduais e, até agora, não obteve quórum para nova votação na Casa.

Para o autor da proposta, a PEC não avança por culpa de outro parlamentar. "Obstrução que o deputado Marcelo Santos (PMDB) está fazendo. Toda vez que entra em pauta, ele pede para retirar, aguardar decisão. Na segunda-feira, eu vou pedir que a Mesa Diretora de-

volva o processo para votar", afirmou o deputado.

Enivaldo diz ainda que a suposta tentativa de obstrução por parte de Marcelo Santos fere o regimento interno da Casa.

"O pedido de 30 dias para aguardar a posição do ministro do Supremo Tribunal Federal (Luiz Fux) já tem quase quatro meses. Há 20 dias, ele pediu de novo. Age contra o regimento interno, que obriga a votar em até três sessões".

Marcelo nega que esteja atuando para barrar a votação da PEC. "Não teve artifício para não votar. O que queremos é evitar que matérias se tornem inócuas. O STF tem a competência da iniciativa, é questão dele", explicou o 1º vice-

presidente da Mesa Diretora.

Marcelo também nega que "atores externos" à Assembleia estejam interferindo no trâmite. "A Assembleia fez o papel e encaminhou ofício ao STF. Não há isso (interferência externa). Sou favorável ao fim do auxílio", concluiu.

O deputado José Esmeraldo (PMDB) prefere que o STF decida o impasse. Já o presidente da Casa, Erick Musso (PMDB), não foi encontrado pela reportagem.

O Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Espírito Santo - aprovou, na segunda-feira, parecer que questiona pagamento do auxílio a quem trabalha a uma distância de 150 quilômetros do local de trabalho.

O QUE ELES DIZEM

THIAGO COUTINHO - 01/07/2017



“Obstrução do deputado Marcelo Santos. Toda vez que entra em pauta, ele pede para retirar”

Enivaldo dos Anjos (PSD) deputado

RODRIGO GAVINI - 01/02/2017



“Não teve nenhum artifício para não votar. A Assembleia fez seu papel e encaminhou ofício ao Supremo”

Marcelo Santos (PMDB), deputado

ANTÔNIO MOREIRA - 02/07/2017



“Eles entram com a PEC e depois deixam dormindo lá, e nada. Acredito que isso tem de vir de cima”

José Esmeraldo (PMDB), deputado

ENTENDA O CASO

Mais de R\$ 89 milhões gastos com auxílio

PEC do auxílio-moradia

- > A PEC 10/2015 pretende limitar o número de beneficiados que recebem auxílio-moradia de R\$ 4.377.
- > A PROPOSTA, que segue em plenário para votação em 2º turno, foi aprovada em 1º turno, com 19 votos favoráveis, em 13 de dezembro de 2016.
- > O BENEFÍCIO será vedado quando houver residência oficial disponível. Ou quando o beneficiado residir com uma pessoa que receba o benefício ou auxílio da mesma natureza.
- > FICA VEDADO o auxílio caso o beneficiário tenha imóvel na cidade ou a uma distância de até 150 km entre casa e trabalho.
- > TAMBÉM SÃO IMPEDIDOS de receber o auxílio os servidores licenciados e inativos, além daqueles que não

apresentarem comprovação do gasto especificamente com moradia.

O benefício

> O AUXÍLIO-MORADIA de R\$ 4.377 mensais é pago a magistrados,

DEIVILGACAO - 13/08/2017



FUX: liminar permite o benefício

membros do Ministério Público e conselheiros de contas, por força de liminar do ministro Luiz Fux, do STF.

> SEGUNDO A OAB-ES, desde outubro de 2014, foram gastos R\$ 73,5 milhões com auxílio-moradia no Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas. E mais R\$ 15,8 milhões com juizes federais, procuradores da República e juizes do Trabalho, totalizando R\$ 89,3 milhões.

Quem recebe

- > NO TJ, ao todo, 319 magistrados dos 344 recebem o auxílio, diz a OAB-ES.
- > NO MP, 256 dos 291 membros recebem a verba.
- > NO TC, cinco conselheiros, dois conselheiros-substitutos e três procuradores recebem o auxílio.

Para juristas, deputados podem votar a proposta

Um dos motivos alegados para que a Proposta de Emenda à Constituição 10/2015, a PEC do Auxílio-moradia, não seja votada em segundo turno pelos deputados na Assembleia é que ela seria inconstitucional.

Porém, no entendimento de juristas, a proposta pode sim ser regulamentada pela Casa e, caso aprovada em plenário, teria efeito para os órgãos estaduais, ou seja, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Espírito Santo.

"Entendo que o Estado tem competência para legislar sobre o tema, pois é de seu Orçamento que sai a verba para pagamento dos auxílios. Não vejo inconstitucionalidade na PEC", afirmou o presidente da Co-

missão de Estudos Constitucionais da OAB-ES, Claudio Colnago.

O advogado especialista em Direito Constitucional Luiz Otávio Coelho também defendeu a proposta. "Não vejo inconstitucionalidade, muito pelo contrário. Essa PEC consagra os princípios constitucionais", argumentou.

ADRIANO HORTA - 02/07/2017



COLNAGO: "Não é inconstitucional"

STJ nega volta do prefeito de Itapemirim

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou liminar ao prefeito afastado de Itapemirim, Luciano Paiva (Pros), que pedia a suspensão de seu afastamento da prefeitura, hoje ocupada interinamente por seu vice, Thiago Peçanha (PSDB).

A decisão é do ministro Felix Fischer e mantém a deliberação do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), que acatou denúncia do Ministério Público Estadual (MP-ES).

Luciano Paiva já estava afastado desde março, pelos crimes de lavagem de capitais, fraudes licitatórias, organização criminosa, corrupção passiva, concussão e crime de responsabilidade.

Ao todo, ele já foi afastado sete



RODRIGO GAVINI - 02/04/2015

PAIVA está afastado desde março

vezes, somando-se dois mandatos à frente da prefeitura.

Paiva continua proibido de acessar qualquer dependência do Executivo Municipal.

Procurada, a defesa de Luciano Paiva não retornou os contatos.

Supermercados vão abrir aos domingos

Donos de lojas apontam que abertura já fica permitida a partir de novembro, quando acaba atual convenção coletiva do setor

Andréia Ferreira
Rafael Moura

Supermercados no Estado vão poder abrir aos domingos, após o fim da atual convenção coletiva válida entre supermercadistas e comerciários, que vai até o próximo dia 31 de outubro. É o que cravam empresários do setor, que apontam que a abertura já fica permitida a partir de novembro, no dia 5, primeiro domingo daquele mês.

O presidente Michel Temer publicou decreto que torna a atividade do setor como essencial, o que permite, então, a abertura aos domingos. “Vai ter, com certeza, super-

mercado aberto aos domingos”, disse o superintendente da Associação Capixaba de Supermercados (Acaps), Hélio Schneider.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo (Fecomércio-ES), a partir de um parecer feito por sua equipe jurídica, apontou que o funcionamento aos domingos só ficaria liberado em novembro, após o fim da atual convenção coletiva, que não pode ser desrespeitada.

“A partir da próxima convenção coletiva é vida nova ao setor supermercadista”, disse o presidente da Fecomércio, José Lino Sepulcri.

O superintendente disse que o funcionamento será facultativo ao empresário, podendo abrir ou não. “Se quiser abrir, ele abre, desde que respeite as normas previstas na CLT, como o pagamento do valor do dia trabalhado”, explicou.

Schneider disse que, antes do decreto de Temer, havia questões que impediam ou não davam segurança jurídica para a abertura aos domín-

gos, o que fazia com que, nas negociações das convenções, houvesse um “bloco” mantendo o entendimento pelo não funcionamento.

A nova convenção coletiva começa a ser negociada em setembro e vai nortear esse funcionamento. No entanto, segundo Schneider, o “livre arbítrio” dos empresários é o que vai pontuar o funcionamento aos domingos. Se não houver um entendimento, a questão pode ir para a Justiça.

“A questão (abertura aos domingos) pode até ser falada durante a convenção coletiva, até porque o acordo tem força de lei com a reforma trabalhista. Mas é inócua (não é nocivo)”, destacou Schneider.

As lojas que deverão abrir estão nos centros mais movimentados da Grande Vitória. O Walmart disse que a Acaps é quem fala pelo setor, enquanto o Extrabom frisou que estuda abrir pelo menos uma loja em cada um dos cinco municípios onde possui operações. Carone e OK aguardam pela convenção.



MOVIMENTO em supermercado: definição de regras para funcionamento

Dificuldade para barrar decisão

O juiz titular da 3ª Vara do Trabalho de Vitória, Marcelo Tolomei Teixeira, afirmou que será difícil para o sindicato que representa a categoria dos trabalhadores do comércio barrar a decisão de empresários de abrir aos domingos.

“É muito provável que as lojas voltem a funcionar aos domingos a partir de novembro. A categoria que representa os trabalhadores poderá recorrer da decisão na Justiça, no entanto, será difícil revogar a decisão, pois há apoio popular à volta aos domingos”.

De acordo com o juiz, a reforma trabalhista diz que as cláusulas dos acordos coletivos anteriores à reforma não se anulam automaticamente, “a não ser que as partes envolvidas desejem”. Sendo assim, haverá um novo acordo coletivo e, a partir dele, uma nova decisão.

A defesa declarada do Sindicato dos Comerciários do Espírito Santo (Sindicomerciários) é pela folga dos trabalhadores aos domingos.

O presidente eleito do Sindicomerciários, Rodrigo Rocha, assu-



RODRIGO ROCHA disse que vai continuar defendendo a folga aos domingos

mirá o mandato “no calor” das negociações entre patrões e funcionários, em outubro.

“Continua em pauta pelo sindicato a defesa da folga dos trabalhadores de supermercados aos domingos. Ter um decreto que defina a atividade como essencial não

modifica nada, é indiferente”.

Segundo Rocha, a convenção coletiva não pode exigir o trabalho aos domingos e o sindicato irá lutar para que o acordo na convenção seja em favor da permanência da folga semanal dos funcionários aos domingos.

SAIBA MAIS

Os lados da disputa

Abertura aos domingos

- ▶ **EMPRESÁRIOS** afirmam que os supermercados voltam a abrir aos domingos no primeiro dia da semana a partir de novembro.
- ▶ A **ASSOCIAÇÃO** Capixaba de Supermercados (Acaps) afirma que os supermercadistas terão autonomia em decidir pela abertura.

- ▶ **REDES** declaram que irão funcionar com ao menos uma loja de cada município onde operam.
- ▶ A **DECISÃO** pela abertura cabe aos supermercadistas e ao Sindicato dos Comerciários do Espírito Santo (Sindicomerciários) em convenção coletiva.
- ▶ O **SINDICOMERCARIÁRIOS** afirma que vai defender a permanência da folga dos funcionários aos domingos. Questão pode parar na Justiça.

Decisão antiga

- ▶ EM 2009 foi acordado, em convenção coletiva, que os supermercados não funcionariam aos domingos.
- ▶ A **DECISÃO** partiu do pedido dos supermercadistas, que entendiam que, naquela época, a abertura não era lucrativa, de acordo com a Federação do Comércio do Espírito Santo.
- ▶ **DESDE ENTÃO**, nos anos subsequentes, os supermercados do Estado não funcionam aos domingos. O Espírito Santo é o único estado do Brasil onde isso acontece.



CLIENTES terão mais opções

Fonte: Acaps e Fecomércio.

Mulher vai receber R\$ 3 mil após comer pé-de-moleque estragado

Segundo a consumidora, após passar mal, ela analisou o produto e percebeu a presença de teias e larvas

Uma consumidora de Vila Velha deve receber R\$ 3 mil em indenização após sofrer intoxicação alimentar causada por um pé-de-moleque estragado. O supermercado onde o produto foi comprado deve ainda devolver a mulher os R\$ 4,99 que ela pagou pelo doce.

A consumidora informou no processo que comeu o doce após o jantar e que começou a sentir cólica abdominal e diarreia cerca de três horas depois. Com o mal-estar, ela resolveu analisar o alimento, detectando a presença de teias e larvas.

Em sua defesa, o supermercado alegou que a responsabilidade seria do fabricante e não do comerciante. Porém, para o magistrado da 9ª Vara Cível, em casos de acidente de consumo, basta que o consumidor faça prova do dano ocorrido e haja relação de causalidade entre o produto adquirido e o dano.

Segundo o juiz, ainda que não exista laudo técnico para demonstrar a existência de corpo estranho no alimento, ficou comprovado, pelas fotos e pelo boletim de ocorrência apresentados, que o produto em questão estava impróprio para consumo, contendo corpos estranhos.

“Como se depreende dos autos, houve danos concretos à saúde da autora, fazendo ela jus à compensação financeira em face das consequências resultantes do consumo do produto, que continha um corpo estranho, as quais, por certo, ultrapassam o mero dissabor ou aborrecimento, bem como a restituição do valor pago pelo consumidor” concluiu o magistrado. (As informações são da assessoria do Tribunal de Justiça)

Notícias

Motorista é condenado em R\$ 100 mil por causar acidente ao dirigir alcoolizado

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?menuSistema=mn331&entity.id=354164#>

Notícias**Prisões de acusados de pedofilia aumentam na Grande Vitória**

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/08/prisoos-de-acusados-de-pedofilia-aumentam-na-grande-vitoria-1014095563.html

MP deflagra 2ª fase da Operação Varredura no Norte e Noroeste do ES

Fraudes em contratos que somam cerca de R\$ 60 milhões no setor de coleta e tratamento de lixo são alvos da investigação. Operação acontece em São Gabriel da Palha, Ponto Belo e Baixo Guandu nesta quinta-feira (31).

O Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) deflagrou, na manhã desta quinta-feira (31), a segunda fase da Operação Varredura, que investiga fraudes em contratos no setor de coleta e tratamento de lixo no estado. Na segunda fase, a operação acontece em Ponto Belo, Baixo Guandu e São Gabriel da Palha.

Segundo o MP, estão sendo cumpridos cinco mandados de buscas e apreensões, cinco mandados de conduções coercitivas e dois mandados de prisões preventivas, de até 180 dias.

Os mandados foram deferidos em Mucurici e cumpridos com o objetivo de apreender documentos, computadores, mídias e outros equipamentos e materiais e coibir novos delitos. O MP quer apurar a prática, em tese, de crimes de corrupção passiva, peculato, formação de quadrilha, fraude à licitação, tráfico de influência, entre outros.

Primeira fase da Operação

A primeira fase da Operação Varredura aconteceu na terça-feira (29). Os alvos da ação são as fraudes em contratos emergenciais que somam cerca de R\$ 60 milhões para a coleta de resíduos sólidos.

Os nomes das empresas e de pessoas envolvidas não foram divulgados porque o caso está sob sigilo judicial. Foram cumpridos 12 mandados de buscas e apreensões e três mandados de conduções coercitivas nos municípios de São Mateus, Jaguaré, São Gabriel da Palha e Vila Velha.

Segundo o MP-ES, a investigação começou em meados 2016 e envolve contratos emergenciais, de 2013 e 2014, com vigência até o início de 2017.

Durante a apuração dos fatos, foram identificados direcionamentos de licitações para que determinadas empresas assinassem contratos emergenciais. Há indícios de que as empresas combinavam quais delas sairiam vencedoras das licitações em determinadas áreas do estado.

Também foram constatadas ações como o objetivo de reduzir o caráter competitivo de determinadas licitações, como a inclusão de cláusulas específicas em editais para que alguns concorrentes fossem privilegiados.

Esses contratos emergenciais foram feitos em outros municípios, que também poderão ser investigados futuramente, segundo o MP-ES.

Operação Varredura

O nome da operação faz referência à necessidade de varrer a corrupção no setor de coleta e tratamento de resíduos sólidos em municípios do Espírito Santo.